



## JUSTIÇA

### Direção-Geral da Política de Justiça

#### Aviso n.º 15435/2019

*Sumário:* Recrutamento de um assistente técnico (m/f) para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria na Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

#### **Recrutamento de 1 Assistente Técnico (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, na Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça**

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 1 Assistente Técnico (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções na Divisão de Gestão de Recursos Humanos da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Assistente Técnico.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar: exercício de funções na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, de acordo com as competências definidas no Despacho n.º 4128/2015, de 24 de abril.

III — Perfil pretendido:

- a) Experiência no processamento de remunerações, abonos, participações e descontos;
- b) Experiência na utilização do sistema de processamento de remunerações *SRH*;
- c) Experiência na elaboração e tratamento do ficheiro referente aos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE e Segurança Social referente à entidade e aos trabalhadores, para submissão e validação na plataforma das referidas entidades;
- d) Experiência no registo e controlo da assiduidade e do regime de férias, faltas e licenças;
- e) Experiência na elaboração de ofícios e declarações;
- f) Domínio de ferramentas informáticas na ótica do utilizador.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detêm, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/ assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça  
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/ 3  
Campus de Justiça  
1990-097 Lisboa



VI — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem caráter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

13 de setembro de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.

312590716